

III REUNIÃO DE MINISTROS DA ENERGIA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

*“Impulsionar uma transição energética resiliente, sustentável e inclusiva para a
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”*

26 de maio de 2025

Declaração Final

Os Ministros da Energia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou seus representantes, reunidos a 26 de maio de 2025, na Sede da CPLP, Lisboa, por ocasião da sua III Reunião Ordinária, com o objetivo de partilhar visões e lições aprendidas sobre como se poderá impulsionar uma transição energética resiliente, sustentável e inclusiva no espaço da CPLP;

1. *Reafirmando* os princípios e valores consagrados na Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de julho de 1996, em particular o compromisso com o desenvolvimento económico e social dos povos da Comunidade, com base na solidariedade, na cooperação e no respeito mútuo;
2. *Recordando* os compromissos assumidos nas anteriores reuniões ministeriais, designadamente na I Reunião em Cascais (2015) e na II Reunião no Iguaçu (2017), com destaque para a promoção do acesso universal à energia, a valorização dos recursos endógenos e a transição para sistemas energéticos sustentáveis;
3. *Reconhecendo* os avanços registados na implementação de projetos conjuntos, na troca de experiências e na mobilização de financiamento para o setor energético nos Estados-Membros da CPLP, bem como a importância crescente da transição energética justa e inclusiva;

4. *Destacando* a necessidade de catalisar e de aumentar a escala de investimentos oriundos de todas as fontes e de todos os canais financeiros para reduzir as lacunas de financiamento das transições energéticas e reafirmando que os países em desenvolvimento precisam de ser apoiados nas suas transições;
5. *Salientando* os desafios persistentes no acesso à energia, especialmente nas zonas rurais e remotas, onde milhões de cidadãos da CPLP continuam privados de eletricidade, com impacto direto na qualidade de vida, saúde, educação e oportunidades de desenvolvimento;
6. *Reconhecendo* a urgência de avançar nas transições energéticas para sistemas limpos, sustentáveis, inclusivos e com preços acessíveis, por meio de rotas tecnológicas variadas, contribuindo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e atingir a neutralidade carbónica até meados do século, promovendo a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, de maneira justa, ordenada e equitativa, em linha com os compromissos do “Resultado do primeiro balanço global”, adotado na COP28;
7. *Conscientes* do vasto potencial existente em energias renováveis – como a solar, eólica, hídrica, geotérmica e de biomassa – e da necessidade de acelerar a sua integração nos sistemas energéticos nacionais, fomentando ao mesmo tempo inovação tecnológica e valorização das cadeias de valor locais;
8. *Enfatizando* o papel crucial de enfoques tecnologicamente neutros, integrados e inclusivos, para desenvolver e implantar uma variedade de energias de baixa emissão, combustíveis e tecnologias sustentáveis, com vistas a criar escala e mercados globais para acelerar transições energéticas, sobretudo em setores de difícil descarbonização;
9. *Registando* a pertinência das propostas constantes da “Carta de São Tomé”, aprovada no âmbito do “4º Seminário Energia e Clima”, realizado em São Tomé, a 26 de março de 2025;

10. *Notando* o importante papel do planejamento energético, do desenvolvimento de capacidades, estratégias e marcos políticos, do intercâmbio científico e tecnológico, bem como da cooperação entre os distintos níveis de governo, na criação de ambientes propícios para a atração de investimentos para as transições energéticas e de um mercado energético mais resiliente e integrado no espaço da CPLP;
11. *Reafirmando* o seu compromisso com o ODS 7 (Energias Renováveis Acessíveis), ODS 13 (Ação Climática) e com o ODS 17 (Parcerias para implementação dos Objetivos), com o propósito de alinhar crescimento económico, justiça social e integridade ambiental, em particular a iniciativa “SEforALL – Sustainable Energy for all”, dando sequência à “Década da Energia Sustentável para todos (2014-2024) na CPLP”, lançada na “I Conferência da Energia para o Desenvolvimento da CPLP”, realizada nos dias 24 e 25 de junho de 2015;
12. *Realçando* o papel das presidências do Brasil no G20 e CoP30, bem como de Angola na União Africana, e procurando dar seguimento e envolver os países da CPLP nos resultados alcançados como o lançamento da “Coalizão Global para o Planejamento Energético (GCEP)” e da iniciativa “Scaling up Renewables in Africa”;
13. *Reconhecendo* o trabalho da Comissão Temática de Energia dos Observadores Consultivos da CPLP, nomeadamente na realização de quatro “Seminários de Energia e Clima”, em Lisboa, Portugal; na Cidade da Praia, Cabo Verde; no Rio de Janeiro, Brasil; e em São Tomé, São Tomé e Príncipe, em particular por terem promovido o diálogo intersectorial entre as áreas de energia, ambiente e finanças, e a elaboração de um “Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima na CPLP”.

DECIDEM:

1. *Reforçar* a concertação política e diplomática e promover a cooperação comunitária no setor da energia em domínios como:
 - a. Elaboração de planos nacionais de transição energética;
 - b. Processos de criação de entidades reguladoras independentes;
 - c. Definição de mecanismos de participação social e comunitária;

- d. Modelos para expansão das Energias Renováveis;
 - e. Estrutura de programas nacionais de eficiência energética;
 - f. Definição de tarifas sociais;
 - g. Expansão de redes de distribuição para zonas rurais ou remotas;
 - h. Criação de sistemas de incentivos para as transições energéticas;
 - i. Atração de financiamento internacional para as transições energéticas;
 - j. Promoção de protocolos para transferência de tecnologias limpas;
 - k. Promoção de capacitação técnica para o setor de energia;
 - l. Promoção da criação de centros de investigação em energia sustentável;
 - m. Promoção da educação energética no currículo escolar, e
 - n. Outros setores a definir;
2. *Incentivar* o fortalecimento das parcerias internacionais e da participação ativa da CPLP em processos multilaterais em matéria de energia e demais fóruns internacionais onde este setor é abordado;
3. *Promover* o desenvolvimento sustentável e inclusivo do setor de energia, visando reforçar a segurança energética e assegurar o acesso universal a um nível mínimo de serviços de energia sustentável, em áreas rurais e urbanas, para fins de consumo e produção;
4. *Fomentar* o investimento em inovação e na promoção de soluções que agilizem a transição energética;
5. *Reconhecer* a relevância do trabalho desenvolvido na área da energia por parte de organizações internacionais e reforçar o envolvimento dos países da CPLP em fóruns internacionais, congratulando-se com iniciativas futuras, que permitam dar continuidade a trabalhos desta natureza, dos quais se destacam, a edição do “African Energy Outlook 2024”, da Agência Internacional de Energia, e a sua tradução para a língua portuguesa;
6. *Organizar* eventos periódicos, como fóruns e conferências sobre transição Energética e oportunidades de cooperação;

7. *Reafirmar* o compromisso dos Estados-Membros da CPLP com a iniciativa "Energia Sustentável para Todos", reforçando a cooperação para a concretização dos objetivos fixados;
8. *Acompanhar* as atividades em curso para a criação da Associação Lusófona de Crédito de Carbono, conforme proposta apresentada pela sociedade civil e especialistas em cooperação internacional e sustentabilidade dos Estados-Membros;
9. *Propor* ao Conselho de Ministros da CPLP que avalie a oportunidade para realizar um encontro interministerial sobre energia e clima, com vista à identificação de agendas transversais;
10. *Fomentar* a sua articulação com os setores ministeriais da Educação e do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia para que se promova a cooperação entre estabelecimentos de ensino e instituições de investigação com foco na energia dos Estados-Membros;
11. *Instar* o Secretariado Permanente da Reunião de Ministros da Energia da CPLP a avaliar a possibilidade de retomar a ideia de criação de uma "Rede de Energia da CPLP" como mecanismo de reforço da cooperação institucional no setor da energia entre organizações representativas dos Estados-Membros;
12. *Identificar* fontes de financiamento para as ações e iniciativas aprovadas pelos Ministros da Energia;
13. *Aprovar* a revisão do Regimento Interno da Reunião de Ministros da Energia da CPLP, anexo à presente Declaração;
14. *Aprovar* a Revisão do Plano Estratégico de Cooperação em Energia para o período 2025-2030 (PECENER-CPLP 2025–2030), anexo à presente Declaração;
15. *Aprovar* o Plano de Ação 2025 - 2027 da III Reunião de Ministros da Energia da CPLP, em anexo à presente Declaração;
16. *Realizar* a IV Reunião de Ministros da Energia da CPLP, em maio de 2027,

após consultas internas para manifestação de interesse, e

17. *Agradecer* à República Democrática de São Tomé e Príncipe e ao Secretariado Executivo da CPLP, pelo acolhimento, hospitalidade e excelentes condições de trabalho criadas para a realização desta III Reunião de Ministros de Energia da CPLP.

Feito na Sede da CPLP, a 26 de maio de 2025.

Pela República de Angola

Arlindo Bota Manuel Carlos
Secretário de Estado para a Energia

Pela República Federativa do Brasil

Embaixador Juliano Féres Nascimento
Representante Permanente do Brasil junto da CPLP

Pela República de Cabo Verde

Alexandre Dias Monteiro
Ministro da Indústria, Comércio e Energia

Pela República da Guiné-Bissau

José Carlos Varela Casimiro
Ministro da Energia

Pela República da Guiné Equatorial

Tito Mba Ada

Embaixador em Portugal e junto da CPLP

Pela República de Moçambique

Stella da Graça Magalhães Pinto Zeca

Embaixadora em Portugal e junto da CPLP

Pela República Portuguesa

Maria da Graça Carvalho

Ministra do Ambiente e Energia

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Nelson Mário de Carvalho Rosa Cardoso

Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais

Pela República Democrática de Timor-Leste

Francisco da Costa Monteiro

Ministro do Petróleo e Recursos Minerais